



**ACTA N.º 19/2009**

Aos vinte e três dias do mês de Dezembro de dois mil e nove, pelas quinze horas e quinze minutos, reuniram nas instalações do Ministério da Educação, sito na avenida cinco de Outubro, décimo segundo andar, em Lisboa, uma delegação do Ministério da Educação (ME) e outra da Federação Nacional dos Professores (FENPROF).

Pelo ME chefiou a delegação o Secretário de Estado Adjunto e da Educação (SEAE), Alexandre Ventura, que se fez acompanhar do Director-Geral de Recursos Humanos da Educação (DGRHE), Mário Pereira, de Rita Neves, membro do Gabinete da Ministra da Educação, de Isabel Figueiredo do Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública e dos membros do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Educação, Mário Sanches, Artur Tomé e Ana Paula Varela.

Pela FENPROF chefiou a delegação o Secretário-Geral, Mário Nogueira, que se fez acompanhar do Presidente do Sindicato dos Professores do Norte (SPN), Abel Macedo, da Presidente do Sindicato dos Professores da Região Centro (SPRC), Anabela Sotaia, da dirigente Anabela Delgado, em representação do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL), do Presidente do Sindicato dos Professores da Zona Sul (SPZS), Joaquim Páscoa, e do Presidente do Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA), António Lucas.

O SEAE abriu a sessão, dando as boas vindas à delegação da FENPROF, tendo de seguida transmitido os votos de boas festas da Senhora Ministra aos vários elementos da delegação da FENPROF. Disse que era intenção da Senhora Ministra transmitir esses votos pessoalmente, mas foi impedida devido à sua indisponibilidade de agenda, sendo certo que na semana seguinte terá a possibilidade de lhes desejar um bom ano de 2010.

O SEAE começou por referir que o ME analisou o contributo da FENPROF relativamente às disposições transitórias, tendo informado que se está a estudar a possibilidade que o ME tem de se aproximar. Mais informou que se está sobretudo empenhado na análise das questões de diferenciação entre professor e professor titular. O SEAE adiantou ainda que até ao final da segunda-feira seguinte o ME entraria em contacto com as organizações sindicais para enviar a proposta de acordo global, tendo em consideração todas as matérias. A lógica seria tentar encontrar o máximo denominador comum entre as propostas do ME e as contrapropostas das organizações sindicais. Relativamente à configuração do documento, informou que não seria um documento em formato de articulado, mas de princípios, tendo o mesmo, no entanto, o objectivo de esclarecer algumas questões que ainda não estavam suficientemente claras. O SEAE alertou que o lapso temporal era reduzindo, tendo o ME se imposto esse prazo para que as associações sindicais, no dia de terça-feira, fizessem as consultas que entendessem por bem, no seio das respectivas organizações, de forma a que se possa verificar se seria possível o ME e as organizações sindicais assinarem o acordo no dia 30 de Dezembro.

O Secretário-Geral revelou a frustração da FENPROF, por nessa reunião que se previa de elevada importância, uma vez que antecedia aquela em que se admite a eventual assinatura de um acordo negocial, o ME não dar qualquer resposta, nem prestar qualquer esclarecimento, não apresentando qualquer novidade relativamente às posições que já antes tornara públicas.

O Secretário-Geral confessou ainda a insatisfação da FENPROF com as declarações da Senhora Ministra da Educação, que durante a sua primeira audição na Assembleia da República anunciou que as vagas e as quotas não estavam em negociação e se manteriam na avaliação dos professores e que sabia que o ME celebraria um acordo global ou parcial com as organizações sindicais. A esse



M2  
A

propósito o Secretário-Geral esclareceu que com a FENPROF ou haverá acordo global ou não haverá. Mário Nogueira informou que o secretariado da estrutura sindical reunir-se-á no dia 30 de manhã, sendo nesse dia tomada a decisão acerca da assinatura ou não do acordo. Essa decisão será comunicada ao ME até antes da data da reunião, se necessário.

O Secretário-Geral prosseguiu, manifestando o seu desagrado por as duas últimas reuniões de negociação terem sido muito vazias de conteúdo, do ponto de vista de as organizações sindicais entenderem quais são as regras e as condições. Concluiu, declarando que um acordo não pode ser feito na base de princípios tão generalistas que não se compreenda ou que decidiu ou que a decisão permita interpretações diversas.

O SEAE respondeu que, ao nível da minúcia do documento, há consciência de que relativamente a um número de matérias, o ME terá de ser específico. Disse haver muito trabalho a fazer no domínio do aperfeiçoamento da proposta, daí o compromisso ser até segunda-feira seguinte. O SEAE referiu pretender apaziguar quanto ao formato do documento, tendo garantido que o mesmo dissipará claramente as ambiguidades que ainda possam existir.

O SEAE afirmou ter registado com muito agrado o facto da FENPROF querer chegar a um acordo global, tentando harmonizar as posições.

O SEAE sublinhou que relativamente às afirmações proferidas pela Senhora Ministra da Educação poderão existir palavras interpretadas de maneira distinta da que se lhes pretendia dar, tendo garantido não existir qualquer crispação do ME. Reiterou que nada de intencional ou estratégico presidiu a qualquer declaração. O SEAE disse não comentar declarações de outras pessoas, muito menos da Senhora Ministra da Educação, mas afirmou poder garantir que a mesma tem um respeito e admiração inquestionável pelos professores. Saliu que na fase que se atravessava pretendia-se que existisse um novo relacionamento entre o ME e as organizações sindicais. Destacou que as questões da educação são muito mais abrangentes, tendo considerado fundamentais os contributos das organizações sindicais.

O SEAE apelou a que se alguma areia entrar na engrenagem, se fale sobre a mesma, até porque não existe animosidade nem hostilidade de uns relativamente aos outros. Afirmou, no entanto, ser compreensível que as agendas sejam diferentes.

Por razões logísticas, que no momento eram essenciais, o SEAE solicitou ao Secretário-Geral que assim que a FENPROF tenha alguma reacção ao documento, contactem o seu gabinete no sentido de saber como iremos agir na quarta-feira seguinte. Informou que a Senhora Ministra da Educação apenas estará presente na reunião se houver da parte das organizações sindicais a intenção de assinar o acordo global.

O Secretário-Geral questionou o SEAE se o acordo, a existir, será subscrito mesa a mesa ou se juntarão todas as mesas.

O SEAE respondeu que serão equacionados ambos os cenários, ou de nos juntarmos todos a determinada hora ou de cada mesa se reunir à hora aprazada. Lembrou que cada parte, ME e organizações sindicais, terão aspectos conseguidos e aspectos que se afastarão da posição inicial, bem como que o acordo global não implicará uma concordância com todos os aspectos do mesmo.

O Secretário-Geral da referiu que quanto aos condicionamentos da Administração Pública, os sindicatos da FENPROF não têm de os aceitar só porque existem, mas antes têm tido e continuarão a ter um posicionamento de combate. Referiu ainda que, neste momento, a FENPROF não assinaria o acordo, pelo que se não houver nada de novo, no dia trinta, a Federação não assinará o mesmo sendo

escusado haver reunião. No entanto, mostrou total disponibilidade para continuar a procurar soluções de consenso e a percorrer caminho no sentido de irem o mais longe possível.

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi elaborada a presente acta.

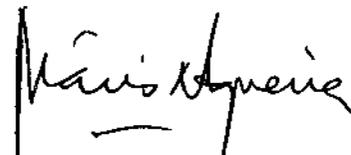
Assinam a presente Acta os chefes de cada uma das delegações à presente reunião.

O Secretário de Estado Adjunto e da Educação,



Alexandre Ventura

O Secretário-Geral da FENPROF



Mário Nogueira